



ACÓRDÃO Nº 216/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11200/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Responsável:** Tacio Cezar Magalhaes da Cunha (Ordenador de Despesa).
- 4- **Órgão:** Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari – CAESC.
- 5- **Exercício:** 2017.
- 6- **Advogado:** Cleyson da Silva Dantas – OAB/AM – 11.206.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 947/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC. Exercício de 2017.

Irregularidade. Alcance. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n.04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha**, Diretor-Presidente e Ordenador de Despesas da Companhia de Água, Esgoto e Saneamento de Coari - CAESC, no curso do exercício de 2017, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “C” c/c art. 25, da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE, face as irregularidades apostadas no Voto;
- 10.2. **Considerar em Alcance** o **Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha** no valor de **R\$ 8.400,00**, que deve ser recolhido para o erário municipal, por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, nos termos do art. 304 e ss., do Regimento Interno;
- 10.3. **Aplicar Multa** ao **Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha** no valor de **R\$ 14.000,00**, com fulcro no art. 54, II da Lei nº 2.423/1996, com leitura conjugada com o art. 308, VI do Regimento Interno, pelas razões expostas neste Voto, pelo não saneamento das irregularidades apontadas nos itens nº 07, 08, 09, 11, 13, 14 e 15 da sobredita notificação que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508** -



ACÓRDÃO Nº 216/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, o que, desde já, autorizo.

- 10.4. Aplicar Multa ao Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha** no valor de **R\$ 7.000,00**, com fulcro no art. 54, III da Lei nº 2.423/1996, pelas razões expostas no Voto, pelo não saneamento das irregularidades apontadas nos itens nº 07, 08, 09, 11, 13, 14 e 15 da sobredita notificação, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o **código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.**

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do **Termo de Quitação**. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo, o que, desde já, autorizo.

- 10.5. Determinar à origem que:**

- 10.5.1.** Que providencie ações para a criação um local disponibilizado para o acondicionamento e a guarda de materiais do CAESC;
- 10.5.2.** Que e proceda o levantamento de todos os bens permanentes do órgão, visando a escrituração tempestiva dos bens patrimoniais;
- 10.5.3.** Que sempre observe o contido no MCASP atualizado na condução de suas práticas contábeis, eis que obrigatório o cumprimento do ali contido;

- 10.6. Notificar o Sr. Tacio Cezar Magalhaes da Cunha** com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.



ACÓRDÃO Nº 216/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Data da Sessão: 2 de Abril de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente, em substituição), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente, em substituição

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral